

Responsabilidade Social das Empresas sob a óptica do “Novo Espírito do Capitalismo”.

Autoria: Elvira Cruvinel Ferreira Ventura

Resumo

A Responsabilidade Social Empresarial – RSE é um tema que tem sido amplamente debatido nos últimos anos, no Brasil, e nas duas últimas décadas, no mundo. Mas, o que significa? Qual é a explicação para a propagação do conceito e da disseminação desta prática? Como se justifica este movimento? O objetivo deste ensaio é discutir a responsabilidade social das empresas sob a óptica do livro “O Novo Espírito do Capitalismo”, de Luc Boltanski e Ève Chiapello, além de apresentar seu modelo como um potencial ferramental de análise de fenômenos organizacionais. Na primeira parte tratamos da RSE, inicialmente salientando aspectos críticos muitas vezes negligenciados nas análises. A seguir, discutimos a institucionalização do movimento pela RSE a partir da teoria institucional. Na segunda parte, apresentamos alguns pontos de Weber sobre o capitalismo e seu “Espírito” e, depois, discutimos as idéias de Boltanski & Chiapello, autores contemporâneos que estendem a análise weberiana, buscando interpretar a RSE. Outra questão discutida é a literatura de gestão como uma das principais fontes de disseminação do espírito do capitalismo e, no caso, também da RSE. Concluimos com uma chamada para os autores da área de Gestão Social sobre a importância de se atentar para aspectos não instrumentais da RSE.

Introdução

A responsabilidade social das empresas – RSE é um tema que tem sido amplamente debatido nos últimos anos, no Brasil, e nas duas últimas décadas, no mundo. Mas, o que significa? Qual é a explicação para a propagação do conceito e da disseminação desta prática? Como se justifica este movimento?

Encontramos na obra “O Novo Espírito do Capitalismo”, de Luc Boltanski e Ève Chiapello (1999), um caminho para responder esta questão. Sucintamente, a obra fornece um ferramental de análise das transformações do capitalismo, sem a pretensão de generalizar para todo o mundo, uma vez que utilizam o caso da França como estudo. A análise é de ordem pragmática, levando em consideração as diferentes maneiras como as pessoas se comprometem na ação, suas justificações e o sentido que dão a seus atos. Os autores procuram esclarecer as relações que se estabelecem entre o capitalismo e suas críticas e, principalmente, o surgimento de novas representações da sociedade, das formas de colocar à prova as pessoas e as coisas e, em consequência, as novas formas de sucesso ou fracasso.

Assim, trata-se de um modelo de análise social, que pretendemos adaptar aos estudos organizacionais, neste primeiro momento buscando interpretar o movimento pela responsabilidade social das empresas. Ressalta-se, então, que o modelo apresentado poderá ser utilizado na análise de outros fenômenos organizacionais, principalmente nas questões relacionadas à Gestão Social.

A primeira parte deste trabalho trata da RSE, inicialmente salientando aspectos críticos muitas vezes negligenciados nas análises. A seguir, discutimos a institucionalização do movimento pela responsabilidade social a partir da teoria institucional, amplamente utilizada na Teoria das Organizações.

Para aprofundarmos a discussão sobre o “Novo Espírito”, necessário se faz entender a gênese do conceito de “Espírito do Capitalismo”, em Max Weber. Assim, na segunda parte do trabalho apresentamos alguns pontos de Weber sobre o capitalismo e seu “Espírito”, entendido como a ideologia que justifica e possibilita o primeiro. A seguir, apresentamos e discutimos as idéias de Boltanski & Chiapello, autores contemporâneos que estendem a análise weberiana, buscando interpretar a RSE a partir de seu modelo.

Outra questão levantada pelos autores, e que entendemos como relevante para a área de administração, em geral, e para a de Gestão Social, em particular, aqui discutida, é sobre o discurso gerencial como uma das principais fontes de disseminação do espírito do capitalismo. A literatura gerencial é apontada como responsável por produzir normas e representações sociais, como normatividade do capitalismo. Então, um alerta sobre a necessidade de questionarmos o que estamos escrevendo sobre a RSE, especificamente, é também um dos propósitos deste ensaio.

Resumidamente, nosso objetivo é discutir a responsabilidade social das empresas sob a óptica do livro “O Novo Espírito do Capitalismo”, de Luc Boltanski e Ève Chiapello, além de apresentar seu modelo como um potencial ferramental de análise de fenômenos organizacionais. Salientamos que o objetivo não é analisar a responsabilidade social em si, mas interpretá-la a partir do modelo proposto, como uma crítica e deslocamento do capitalismo.

Responsabilidade Social das Empresas - RSE

O conceito de *responsabilidade social* não é novo. A preocupação com o tema remonta aos anos 50, onde as consequências da expansão da indústria já se faziam sentir. Surge, então, como fruto de profundas críticas sociais, éticas e econômicas que as organizações passaram a sofrer ao se verem totalmente envolvidas na economia de mercado. Porém, não se chegou a um consenso sobre seu significado e limites, uma vez que o conceito é amplo, defrontando-se em áreas-limite da ética e da moral (VENTURA, 1999).

Nota-se, contudo, uma crescente conscientização de que as organizações podem e devem assumir um papel mais amplo dentro da sociedade. Para efeitos deste trabalho, entendemos *Responsabilidade social* como o compromisso que uma organização deve ter para com a sociedade, expresso por meio de atos e atitudes que a afetem positivamente, de modo amplo, ou alguma comunidade, de modo específico, agindo pró-ativamente e coerentemente no que tange ao seu papel específico na sociedade e à sua prestação de contas para com ela, assumindo, assim, além das obrigações estabelecidas em lei, também obrigações de caráter moral, mesmo que não diretamente vinculadas às suas atividades, mas que possam contribuir para o desenvolvimento sustentável dos povos (VENTURA, 1999; ASHLEY, 2002). Assim, numa visão expandida, responsabilidade social é toda e qualquer ação que possa contribuir para a melhoria da qualidade de vida da sociedade.

Atualmente, raros são os casos de empresários e executivos que ainda desconsiderem totalmente suas responsabilidades sociais. Pode-se dizer que a sensibilidade para os problemas sociais já está institucionalizada. As organizações têm sido pressionadas para se tornarem mais solidárias e chamadas a uma maior participação, abertura e integração com a sociedade, sob a ameaça de serem abandonadas por seus consumidores. Neste sentido, a RSE avança à medida que a globalização acirra a competição entre empresas.

Na visão de Cheibub & Locke (2002), RSE implica em ações que vão além da “letra da lei” e em ações não resultantes de negociações políticas com sindicatos ou organizações de trabalhadores. Abaixo reproduzimos quadro com os modelos existentes na literatura sobre as diferentes formas com que as empresas podem se inserir em seu meio social:

Motivação da ação	Instrumental	Moral
Alvo da ação		
Acionistas/donos	Produtivismo	Filantropia
Stakeholders	Progressista	Idealismo ético

Quadro 1- Modelos de RSE
Fonte: Cheibub & Locke (2002:281)

Segundo os autores, há uma tendência na literatura de se privilegiar a dimensão valorativa da responsabilidade social (Filantropia e Idealismo ético), num discurso eminentemente normativo. Para eles, o principal problema com esses modelos e com os argumentos que os sustentam é que eles se concentram na determinação das razões, dos motivos, das consequências e dos benefícios da responsabilidade social e, assim, assumem que todos os outros atores sociais ganham com a adoção da responsabilidade social. Ou seja, não se considera no debate a dimensão pública/política dessas ações. Dever-se-ia indagar, por exemplo, se e como a responsabilidade social contribui – ou não – para a garantia dos direitos dos cidadãos estabelecidos na organização da sociedade. O Estado estaria garantindo estes direitos, ou se eximindo, quando permite, ou incentiva, que outros atores sociais também executem ações sociais? Assim, o principal ponto para os autores é que as ações de RSE não têm consequências somente para a própria empresa ou para seus beneficiários diretos, mas para a sociedade como um todo, pois podem influir na distribuição de poder político na própria sociedade. Assim, a questão do poder das empresas também não deve ser negligenciada.

Para os autores não há, em princípio, base moral e política para que as empresas assumam responsabilidades sociais – no sentido de algo além de suas obrigações legais. Assim, responsabilidade social não seria uma questão moral, mas sim de interesse econômico das empresas: se trata-se de interesses ou valores, esta questão é política e moralmente irrelevante. Consideram bom, todavia, que as empresas assumam posicionamentos socialmente responsáveis, desde que estejamos atentos para os riscos políticos que podem advir desse movimento. Assim, na visão dos autores, a RSE é uma questão de auto-interesse das empresas pois, mesmo que não seja de seu interesse exclusivo e imediato, é do seu interesse esclarecido e de longo prazo, na medida em que suas ações podem contribuir para o fortalecimento da sociedade civil, tornando-a mais densa e articulada – o que favorece, em última instância, a condução de seus negócios.

Abordagem Institucional na explicação do movimento pela responsabilidade social

Uma das teorias utilizadas para o entendimento dos processos de institucionalização dos fenômenos organizacionais é a chamada Teoria Institucional. Segundo Vieira e Misoczky

(2000), a partir da década de oitenta, a perspectiva institucional retomou fôlego na explicação da estruturação das organizações, a partir dos trabalhos de Meyer e Rowan (1977) e de DiMaggio e Powell (1983).

Selznick, o precursor dessa abordagem, chamou de “processo de institucionalização” a forma pela qual as expressões racionais da técnica são substituídas por expressões valorativas compartilhadas no ambiente onde a organização opera (VIEIRA E MISOCZKY, 2000).

Sucintamente, a abordagem institucional às organizações enfatizam: a) a dependência ambiental da estrutura organizacional; b) as dimensões política e cultural envolvidas; e c) os efeitos dessas dependências na definição da natureza de organizações mais modernas, particularmente a natureza fluída e complexa de organizações criadas em ambientes altamente institucionalizados (Scott e Meyer *apud* VIEIRA & MISOCZKY, 2000). Assim, a ênfase é colocada no ambiente. A legitimidade e a questão do isomorfismo são fatores considerados vitais para a sobrevivência das organizações.

A noção de ambiente, então, evoluiu de um enfoque generalista para um enfoque simbólico, acrescentando ao ambiente técnico um sistema simbólico (ambiente institucional), que são os fatores que dão forma à ação organizacional. Os ambientes passam a ser considerados não apenas fonte de recursos e depósito de resultados do processamento das atividades organizacionais, mas um grupo de elementos que fornecem crenças que funcionam como “mitos racionais” (VIEIRA & MISOCZKY, 2000).

Segundo os autores, *Instituições e institucionalização* têm sido definidos de diversas formas, em diferentes áreas do conhecimento. Para eles, uma abordagem sociológica desses conceitos parece adequada para os estudos organizacionais. Assim, instituições são definidas como “*uma ordem social ou padrão que adquire um certo estado ou propriedade*” (Jepperson *apud* VIEIRA & MISOCZKY, 2000). Já a institucionalização envolveria “*o processo pelo qual processos sociais, obrigações ou circunstâncias assumem o status de norma no pensamento e na ação sociais*” (Meyer e Rowan *apud* VIEIRA & MISOCZKY, 2000).

Na abordagem institucional, as estruturas formais racionalizadas assumem tanto um caráter passivo como também ativo na configuração da realidade social. Importa identificar o conjunto de *valores fundamentais* de um determinado contexto que seja *formador das práticas organizacionais*.

Esta teoria leva-nos à seguinte reflexão: como e porquê a RSE está se tornando um processo institucionalizado nas empresas? E será que a RSE não estaria se tornando um discurso e uma prática institucionalizada pelo mecanismo de isomorfismo?

A resposta à primeira questão vai ser buscada em Boltanski & Chiapello, a seguir. Para a segunda, um suposição é de que, sob o aspecto *coercitivo*, as organizações mais fortes forçam as empresas de sua cadeia produtiva a adotar práticas similares às suas, no caso, impondo ações que elegem importantes no âmbito da RSE. Sob o aspecto *mimético*, organizações copiam as práticas de organizações que julgam de ponta, tentando com isso se livrar das incertezas ambientais. Sob o aspecto *normativo*, a conscientização dos gerentes, a demanda da sociedade civil que cobra uma postura mais responsável e cidadã, fazem as ações organizacionais convergirem para ações mais responsáveis, que leve em conta os *stakeholders* da organização, divulgando e ampliando o movimento pela responsabilidade social.

Disto deriva outra suposição, a de que, em muitos casos, as organizações lançam-se no discurso da responsabilidade social sem ao menos questionar o que isto significa e sem, verdadeiramente, produzir mudanças reais em suas ações, mas buscando “estampar” aquilo que pode ser divulgado e “condecorado” pela sociedade (e consumidores).

O Novo Espírito do Capitalismo – a obra de Boltanski e Chiapello

A ênfase da obra “*Le Nouvel Esprit du Capitalisme*”, de Boltanski & Chiapello (1999), é sobre as transformações do espírito do capitalismo nos últimos 30 anos, estudando a passagem do chamado segundo espírito para o terceiro.

A título de ilustração, o primeiro espírito se refere ao capitalismo burguês, doméstico, de pequenas empresas familiares que vigorou até o início do século XX, onde a ênfase estava sobre a figura do burguês, do empresário, individualmente.

Já o segundo espírito se aporta entre os anos 30 e 60, onde o crescimento e burocratização das empresas fez com que a figura do executivo ganhasse espaço e notoriedade na sociedade. A ênfase não é mais no empresário, mas na organização e seus dirigentes, agora diplomados e qualificados. É nesse período que se alavanca a produção e o consumo em massa, assegurando a referência ao bem comum e justificando tal sistema como propício à justiça social.

O terceiro espírito é aquele das sociedade ditas “em rede”, interconectadas tanto por sistemas informatizados quanto por parcerias e alianças que reconfiguram as relações sociais e laboriais. Para Manuel Castells (2000), a sociedade em rede é uma forma específica de estrutura social – arranjos organizacionais de homens nas relações de produção, consumo, experiência e poder - característica da Era da Informação. Para ele, os “significados” criam a “cultura” - que é um sistema de valores e crenças que informa códigos de comportamento.

A fim de entendermos o conceito “Espírito do Capitalismo”, necessário se faz resgatar alguns pontos da obra de Max Weber.

O Espírito do Capitalismo em Max Weber

Para Max Weber, em sua sociologia compreensiva, não há determinantes para o capitalismo, mas sim condições que possibilitam sua formação. Assim, as ciências sociais só podem compreender, não podem explicar, uma vez que não existe uma relação causa-efeito. A ação social - como os indivíduos agem - para Weber, é a chave de interpretação da realidade social. Ela pressupõe uma relação social entendida como a possibilidade previsível de que determinados indivíduos adotem determinado comportamento. Assim, é orientada pela expectativa de ações e reações dos outros. É imperativo, então, para o autor, compreender quais motivações os indivíduos têm para suas próprias ações.

Para ele, o capitalismo não é fundamentalmente um fenômeno econômico, mas é cultural, ou seja, tem a ver com os valores de uma época. Neste sentido, discute em sua obra as características do protestantismo que possibilitaram o desenvolvimento capitalista. Características marcantes deste processo são a mercantilização, onde os meios de vida tornam-se mercadorias, e a quantificação, que significa que tudo é calculado em termos de rentabilidade.

Em “A Ética protestante e o Espírito do capitalismo”, Weber estuda a relatividade da formação do moderno *ethos* econômico e sua relação com a ética do protestantismo ascético. Assevera que a “ânsia do lucro” existe em todas as pessoas, independente de sua função, em todos os tempos. Chama de ação econômica “capitalista” aquela que se baseia na expectativa de lucro através da utilização das oportunidades de troca, isto é, nas possibilidades pacíficas de lucro. Tudo é feito em termos de balanço, para verificação do lucro obtido: “*Na medida em que as operações são racionais, toda ação individualmente das partes é baseada em cálculo*” (WEBER, 2001: 5).

Nesse mundo, o que importa é a efetiva orientação para um ajustamento dos lucros ao investimento, por mais primitiva que seja a sua forma. Nesse sentido, o empreendimento capitalista existe de longa data e em toda parte. Mas o Ocidente desenvolveu uma gama de significados do capitalismo e, o que lhe dá consistência - tipos, formas e direções.

O especulador, que Weber chama de aventureiro capitalista, em sua visão, também existiu em todas as épocas. Suas atividades eram de caráter puramente irracional e especulativo. Mas o que o Ocidente veio a conhecer, além disso, foi a singular organização capitalista racional assentada no trabalho livre; pois o cálculo exato - base de todos os demais - só é possível no plano do trabalho livre. Outra peculiaridade do capitalismo ocidental são dois fatores de seu desenvolvimento: a separação da empresa da economia doméstica, contabilmente - contabilidade racional - e espacialmente - separação jurídica dos bens da empresa e do indivíduo.

Segundo Weber, o ocidente foi capaz de produzir desenvolvimento universal em seu valor e significado, por meio da ciência. Em todas as áreas do desenvolvimento - química, física, leis, arte, o desenvolvimento do ocidente foi mais racionalizado. E o mesmo acontece com o capitalismo. Assim, a forma peculiar do moderno capitalismo ocidental foi influenciada pelo desenvolvimento das possibilidades técnicas, implicando numa dependência das ciências, principalmente as matemáticas e as ciências exatas. O próprio desenvolvimento de tais ciências e das técnicas nelas baseadas recebem impulso dos interesses capitalistas ligados à sua aplicação prática na economia. Nesse sentido, uma das realizações específicas do protestantismo é ter colocado a ciência a serviço da técnica e da economia (WEBER, 1942:309).

Assim, a utilização técnica dos conhecimentos científicos foi encorajada dada as características da organização social do ocidente: as estruturas racionais do direito e da administração. O racionalismo econômico, embora dependa parcialmente da técnica e do direito racional, é ao mesmo tempo determinado pela capacidade ou disposição dos homens em adotar certos tipos de conduta racional. E as questões religiosas, e os ideais éticos decorrentes, são importantes elementos formativos da conduta. Assim, o desenvolvimento do capitalismo ocidental, para Weber, em a “*História econômica geral*”, pode ser assim definido:

o que definitivamente criou o capitalismo foi a empresa duradoura e racional, a contabilidade racional, a técnica racional, o Direito racional; a tudo isto há de se acrescentar a ideologia racional, a racionalização da vida, a ética racional na economia (WEBER, 1942:298).

A “Cité por projetos”

Para codificar o novo espírito, Boltanski & Chiapello (1999) utilizam-se da Gramática das “*cités*”, apresentada no texto “*De la justification – les économies de la grandeur*”, de Boltanski & Thévenot (1991). Chamam de “*cité* por projetos” o novo aparelho justificativo que parece estar atualmente em formação, que remete à idéia de organização por projetos, e sob o qual devem pesar diversos constrangimentos, de modo a ser qualificada de justa, a fim de que as grandezas relativas atribuídas aos seres apareçam como fundadas e legítimas.

Para tanto, devem ser identificadas provas pelas quais os seres se medem com relação a uma “tabela” de equivalência entre eles, codificando quem são os “grandes” e os “pequenos” na “*cité*”. Estas provas são, nesse mundo, por exemplo, os momentos que marcam o fim de um projeto, quando as pessoas estão a procura de um novo compromisso e testam sua capacidade de se recolocar. A “*cité* por projetos” é, então, um sistema de constrangimentos pesando sobre um mundo em rede, submetendo-o a uma forma de justiça capaz de zelar pelos seres, legitimando sua lógica.

Dito de outra forma, as “*cités*” são metafísicas políticas que têm uma existência histórica e, portanto, localizáveis no tempo e no espaço, trazendo vestígios de sua época. A partir do mundo é que se formam as “*cités*”, e não o contrário, pela progressiva passagem a um regime de categorização, de novas provas de força decorrentes de deslocamentos. Pode ser vista, então, como uma operação de legitimação de um novo mundo e novas formas de desigualdades, trazendo um mundo mais ordenado que compreende os “pequenos” e os “grandes”.

As “*cités*” são, portanto, operadores da justificação e operadores críticos, no sentido de que serve de apoio para criticar as provas agenciadas na lógica de outra “*cité*”, ou no caso, para rechaçar as características pertinentes do segundo espírito. Traz limites à força dos fortes e lhes avisa que eles só são grandes se interiorizarem esses limites, conformando-se com eles.

As transformações do Capitalismo

O modelo explicativo da transformação do capitalismo nos últimos trinta anos, apresentado por Boltanski e Chiapello (1999), baseia-se em três conceitos imbricados, considerados como “macro-atores” (uma vez que, diferentemente de Max Weber, não consideram em seu modelo um sujeito ou ator coletivo): o *capitalismo*, o *espírito do capitalismo* e a *crítica*. Sobre a relação destes conceitos, os autores fazem generalizações que nos serviram de base para entender a responsabilidade social das empresas como crítica e deslocamento do capitalismo.

O primeiro ponto é que o capitalismo precisa de um espírito que torne possível engajar as pessoas necessárias à produção e ao desenvolvimento dos negócios, uma vez que a utilização da força, da violência para fazer as pessoas trabalharem para outrem, tal qual nos períodos escravocratas da história, está fora do escopo e ideologia do capitalismo. Isto significa que as pessoas precisam “querer” o trabalho, pois o capitalismo pressupõe esta liberdade – de trabalhar e de empreender. Assim, necessita uma implicação positiva dos trabalhadores, um motivo, uma razão para que todos queiram (os) trabalhar. Essa razão encontra-se no “espírito do capitalismo”.

Mas, para que este espírito possa realmente mobilizar as pessoas, deve incorporar uma dimensão moral, seja porque as pessoas vivem outras dimensões fora da esfera produtiva, seja

porque as pessoas, que são saciáveis em suas necessidades e desejos, precisam de justificativas para fazer parte deste processo insaciável que é o capitalismo. Aqui está um dos principais pontos, a nosso ver, do modelo de transformação: o equacionamento entre a saciabilidade humana e a insaciabilidade capitalista, que é a chave para a manutenção do capitalismo. Tanto o espírito do capitalismo, quanto a crítica do capitalismo, ambos se conectam a esta “peça-chave” – a dimensão moral - conseguindo manter a ordem e valores capitalistas em posição privilegiada em relação aos outros “mundos” e esferas de vida das pessoas.

Dessa forma, um terceiro ponto deriva do segundo. Para perpetuar-se, o capitalismo precisa, então, de estimular e reprimir, ao mesmo tempo, sua insaciabilidade, seu processo de acumulação ilimitada. É nessa dinâmica, nessa tensão permanente, que o espírito do capitalismo equaciona a tendência capitalista de auto-destruição com as exigências morais de bem-comum.

Por outro lado, o espírito do capitalismo não pode se transformar numa ideologia, no sentido de que deve proporcionar aquilo que promete. Caso contrário, as pessoas o denunciariam e ele perderia a credibilidade. Os dispositivos, tais como regras, convenções, são as respostas elaboradas para justificar e resistir às críticas, restringindo o processo de acumulação.

O capitalismo tem uma tendência perpétua a se transformar, o que faz com que o espírito de uma época mostre-se totalmente incapaz de explicar os processos de outra. Isto significa que as provas, os dispositivos e as críticas vão se modificando, se adaptando e criando um novo espírito, num processo de auto-transformação.

Mas, para nossa análise sobre a responsabilidade social, o principal ponto é o de que o operador principal de criação e de transformação do espírito do capitalismo é a *crítica*. Para os autores, o papel central da crítica está na construção do espírito que acompanha o capitalismo sob diferentes formas, em diferentes épocas. A *crítica* (e/ou os responsáveis pelas empresas) procura compreender as origens dos fatos que lhe causam indignação e que interpelam os dirigentes, obrigando-os a produzir as interpretações e as justificativas, categorizando o mundo e as relações. E os momentos e lugares importantes categorizados por aqueles atores, os pontos focais (Schelling *apud* BOLTANSKI&CHIAPELLO, 1999), denominados como “provas”, parcialmente sob o efeito da crítica, são objeto de um trabalho de *institucionalização* e, de acordo com os parâmetros estabelecidos, são consideradas justas.

Esta convergência sob os pontos de tensão entre diferentes atores, por meio das provas institucionalizadas, leva ao apaziguamento dos conflitos, pois vão se estabelecendo dispositivos de forma a tornar a prova mais ou menos justa. Desta forma, nesse processo, a crítica tem o papel de identificar e categorizar as forças que podem ser engajadas na prova, fazendo pressão sobre as provas identificadas de forma a torná-las mais justas, ou seja, “retesando” as provas. Assim, *a crítica participa da formação do espírito do capitalismo que, para ser digno de crédito, deve ter sua correspondência nas provas controladas*. Nesse sentido é que entendemos o movimento pela responsabilidade social como uma crítica e também um deslocamento do capitalismo.

A Necessidade de Justificação

A noção de “espírito do capitalismo” permite articular o capitalismo e sua crítica em uma relação dinâmica, procurando dar conta das transformações ideológicas. Baseado no fato de que o capitalismo não se justifica unicamente por seu objetivo de obter lucro, provas são

produzidas para que este se reproduza. As justificações são respostas temporais para as necessidades de produzir as mobilizações, ou seja, são necessárias para se regular moralmente a ânsia do homem de obter lucro. Boltanski&Chiapello apontam os gerentes, os “quadros” de forma geral, como os portadores e reprodutores, por excelência, do espírito do capitalismo.

Sob a perspectiva da teoria econômica, observam os autores que a incorporação do utilitarismo à economia permitiu que se assumisse como “natural” que tudo aquilo que é benéfico para o indivíduo o é também para a sociedade. Assim, o crescimento da riqueza, seja quem seja seu beneficiário, passou a ser considerado como um critério do bem comum. Outro ponto que destacam é de que os trabalhos realizados pela ciência econômica sustentam que a organização capitalista é sempre mais eficaz que os demais tipos de organizações. Desta forma, a privatização e a mercantilização de todos os serviços são vistas socialmente como as melhores soluções para todas as sociedades. Mas para os autores, o espírito do capitalismo incorpora outras dimensões não advindas da teoria econômica, pois estas explicações não possuem efeito mobilizador, necessário ao capitalismo.

Em sua visão, tanto para o assalariado quanto para o capitalista, a adesão ao processo capitalista requer justificações, ou seja, há necessidade de um “espírito do capitalismo”. Não é suficiente a motivação material, mesmo para o trabalhador assalariado, pois o salário constitui-se como uma razão para permanecer no emprego, mas não para dedicar-se a ele, como é desejado pelas empresas. As justificações permitem, então, que as pessoas se submetam ao estilo de vida favorável a ordem capitalista, mesmo que isto lhes seja de alguma forma penoso. O espírito, então, é a ideologia que justifica o compromisso com o capitalismo.

O que se vê hoje é que o capitalismo enfrenta uma crise, resultado da concentração de renda que tem piorado a vida da maioria, e, desta forma, para sobreviver, o capitalismo precisa de um conjunto ideológico mais mobilizador. E para manter seu poder de mobilização, o capitalismo deve incorporar recursos que não estão em si, mas produções culturais contemporâneas a ele, mesmo que desenvolvidas para outros fins. Assim, o espírito do capitalismo se transforma para responder à necessidade de justificação das pessoas comprometidas, em um determinado momento, no processo de acumulação capitalista. E quando os valores e representações encontram-se associados a formas de acumulação anteriores, as novas formas de acumulação precisam parecer sedutoras e apoiar-se na referência do bem comum, se auto-justificando, além do que devem defender-se daquelas pessoas que entendem os novos dispositivos como ameaças à sua identidade social.

Responsabilidade Social como Crítica e Deslocamento do Capitalismo

Para os autores, a crítica extrai sua energia das *fontes de indignação* em relação ao capitalismo, que são consideradas como corrigíveis, na ordem humana: a exigência de liberação; a falta de autenticidade; o egoísmo *versus* a solidariedade; e, a sensibilidade frente aos sofrimentos. Apesar de serem “atemporais”, estas críticas ligam-se hoje aos conceitos de modernidade e democracia, tendo transformado-se numa exigência política.

Depois de um período no qual há sequencialmente críticas e justificações, as provas acabam sendo controladas mais fortemente do que no passado, até se adaptarem ao modelo de justiça vigente. Por exemplo, nas provas que referem-se ao compartilhamento do valor agregado, a relação salário *versus* lucro, a crítica consiste em revelar a exploração a qual os trabalhadores são vítimas. Já nas provas de seleção (para admissão em organizações), a crítica busca

denunciar como, de fato, os concorrentes não têm condições iguais de competir, indicando que alguns se aproveitam de “forças estranhas parasitas” na natureza da prova.

Os deslocamentos são a manifestação da dinâmica do capitalismo, que subverte a ordem existente, visando sua reprodução. A crítica, como motor do deslocamento do capitalismo, quer instituir novas provas. Na visão dos autores, os deslocamentos, que permitem retomar as forças extraído das novas circunstâncias forças menos identificáveis, não são resultado de uma estratégia de conjunto, ou seja, não são interpretáveis, planejados – não há um ator ou sujeito. Mas é exatamente a pressão da concorrência e a busca por novos caminhos de lucros que tem produzido os deslocamentos, onde os atores vão abandonando as velhas provas e caminhando para as novas, num processo multiplicativo catalisado pelos gerentes, consultores, acadêmicos, entre outros, que encontram aí campo para seu desenvolvimento e diferenciação, dentro da nova “*citê*”, até que todos tenham se deslocado e seja hora de buscar outro caminho.

No caso da responsabilidade social, o movimento surge como resultado da crítica à forma pela qual as empresas se relacionam com a sociedade, tirando dela (dos seus recursos) seu lucro, para os acionistas e controladores, mas pouco beneficiando-a ou até causando-lhe danos. Em resposta, o movimento pela responsabilidade social (re)cria provas e dispositivos que, ao operar um deslocamento, dismantela a crítica. São criados institutos para lidar com o assunto, de forma isomórfica às empresas; são instituídas certificações na área social, como a SA8000 e AA1000, balanços, selos, concursos; ou seja, todo um conjunto de regras e convenções, dispositivos para categorizar e classificar as empresas em relação a seu comportamento socialmente responsável, onde são exigidos e valorizados aspectos que, em última instância, os próprios capitalistas elegem, sem prejuízo para a lucratividade. Divulga-se amplamente no meio acadêmico.

Assim, quem cria as provas são aqueles que as podem cumprir, multiplicando suas forças, transformando-as em grandezas. Nessa lógica, os “grandes” são os primeiros a compreender a transformação que se está operando, e estão sempre prontos a criticar as regras e o moralismo, pois estão em busca de novas oportunidades.

Ou seja, como resposta à crítica, dentro do movimento pela responsabilidade social, as empresas passam a investir em ações sociais e a divulgar seus padrões éticos, justificando e criando provas à sociedade (e consumidores) de que estão indo ao encontro das aspirações sociais.

No caso brasileiro, é exatamente este movimento que temos assistido. Inicialmente, algumas poucas empresas multinacionais, que já têm o conceito desenvolvido em seus países de origem, o trazem como uma grande novidade para o nosso País e, com a ajuda de seus executivos, de consultores, de acadêmicos, e da mídia, divulgam estas práticas, realçando seu caráter inovador e a vanguarda da empresa. O discurso seduz cada vez mais, e toda a sociedade passa a apoiá-lo e incentivá-lo, considerando o movimento inquestionavelmente relacionado ao bem comum e como uma obrigação das empresas. Não se questiona, por exemplo, a dimensão pública/política da RSE, tal como nos referimos anteriormente.

Mimeticamente, concorrentes passam a copiar a prática; estudiosos passam a divulgá-la no que tem de diferencial. Inicia-se um processo de estudos sobre o assunto e de tentativas de definição e adaptação à realidade brasileira. A crítica, então, passa a ser apropriada como um

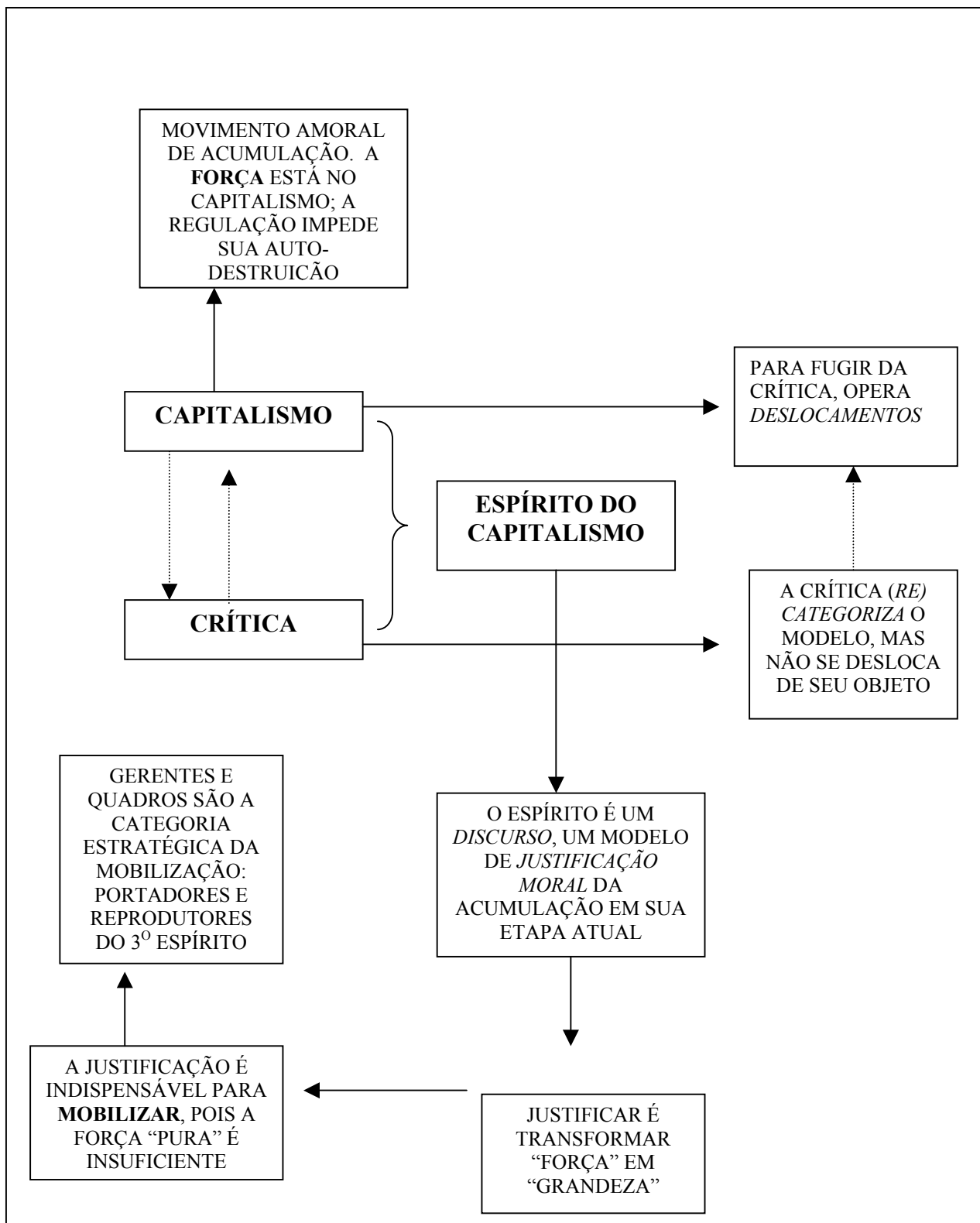
diferencial para a empresa que adota o discurso e, principalmente, divulga este tipo de comportamento. Institucionaliza-se o movimento, como uma prática aceita e legitimada.

Até o momento em que passa a ser não mais um diferencial, mas que a única preocupação da empresa é o cumprimento das provas instituídas pelos “grandes” (que, geralmente, são as grandes empresas). Mas, como uma pequena empresa, por exemplo, pode cumprir tais provas, se sabemos que para a maioria delas, no Brasil, é difícil sobreviver cumprindo exclusivamente suas obrigações legais? Ela poderá ficar para trás, uma vez que as regras não foram por ela criadas e que suas (não) condições de cumpri-las a deixam em desvantagem, dão-lhe o caráter de imobilidade, próprio dos “pequenos”.

O que queremos ressaltar é que o (melhor ou pior) cumprimento das provas vai indicar se a empresa está enquadrada no novo modelo desenhado pelos “grandes”, mas não que ela realmente tenha operado uma modificação no sistema de acumulação em resposta à crítica. Aliás, o que menos parece ser demonstrado é uma mudança qualitativa na ação organizacional, mas sim uma mudança visando principalmente atingir o mercado consumidor. Ou seja, a lógica é exatamente àquela anterior à crítica.

Desta forma, a conjunção do capitalismo com sua crítica configura o espírito de uma época, dando agora espaço para um movimento que aparenta um reposicionamento empresarial frente à sociedade, mas que também “encobre” o processo de acumulação. Assim, uma questão fundamental parece ser, a nosso ver, investigar que aspectos estão sendo evidenciados na discussão da RSE, e que tipos de atores estão legitimando a construção do conceito.

O quadro 2 pretende resumir as idéias já apresentadas de Boltanski & Chiapello para, com ele, interpretarmos a responsabilidade social das empresas. Primeiro, o movimento aparece como decorrente da crítica que se faz à atuação dos empresários e empresas. O capitalismo, conjugado com (alertado por) esta crítica, produz um discurso de justificação do atual estágio de acumulação, que é o movimento pela responsabilidade social das empresas, instituindo novas provas para os atores, como a exigência de cumprimento de requisitos sociais para a empresa ser bem vista pela sociedade. Dessa forma, as grandes empresas transformam força em “grandeza”, colocando-se, mais uma vez, como protagonistas do processo de acumulação capitalista. Outro ponto que merece destaque é que a categoria estratégica desta mobilização, no caso da RSE, é, além dos gerentes, também a mídia, os consultores e o meio acadêmico. E o que tratamos na próxima sessão.



Quadro 2 - Modelo de transformação do capitalismo: capitalismo, crítica e espírito do capitalismo.

A literatura de gestão como normatividade do capitalismo

Segundo Boltanski & Chiapello (1999), nos anos 90 assistimos ao estabelecimento de uma nova representação da empresa e do processo econômico. A empresa tenciona proporcionar àqueles cujo engajamento é particularmente necessário à extensão do capitalismo evidências quanto às “boas ações” a empreender.

Sendo a ideologia dominante, o espírito do capitalismo, em princípio, tem a capacidade de penetrar no conjunto de representações mentais próprias a uma determinada época, de infiltrar-se nos discursos políticos e sindicais, de proporcionar as representações legítimas e os esquemas de pensamento aos jornalistas e pesquisadores.

Nesse sentido, em sua pesquisa, os autores analisam a literatura de gestão destinada aos executivos, considerando-a como um elemento de normatividade do capitalismo, como um dos principais locais de ocorrência do espírito do capitalismo, já que os gerentes seriam, por excelência, portadores e reprodutores do Espírito do Capitalismo. Analisam, então, textos não técnicos voltados para a proposição de novos dispositivos de gestão global e aqueles que visam inspirar todas as funções da empresa. Para tanto, constituem um *corpus* de autores amplo, de modo a proporcionar um panorama representativo dos textos de uma determinada épocaⁱ.

Verificaram os autores que os textos têm uma grande homogeneidade de discurso e, para cada época considerada, uma organização geral em volta de um número limitado de temas. Para eles, este fato é o melhor indicativo do seu caráter ideológico de vocação dominante. Suas idéias são retomadas, repetidas, traduzidas através de exemplos diversos, passando de um tipo de suporte para outro com leveza e rapidez. Na opinião dos autores, as diferenças entre os textos, freqüentemente mínimas, têm como resultado proporcionar a diversos autores pontos de vista diferentes, para que possam captar as orientações que se deseja transmitir e identificá-los com elasⁱⁱ.

Concluíram também que a imposição de uma nova norma de gestão é quase sempre efetivamente acompanhada da crítica de um estado anterior de capitalismo e de uma forma anterior de produzir lucro, que devem ser abandonadas para dar lugar a um novo modelo. O movimento pela RSE, por exemplo, entre outros movimentos, demonstra como se abandona uma forma e um discurso de se produzir lucro para outro diferente.

Para os autores, à semelhança do espírito do capitalismo, que apresenta duas facetas, uma voltada para o acúmulo de capital, e outra para os princípios de legitimação, a literatura de gestão pode ser lida em dois planos diversos: como um receptáculo dos novos métodos de gerar lucro – a parte técnica, e, ao mesmo tempo, comporta um forte tom moral, uma vez que se trata de uma literatura normativa que diz como devem ser as coisas e não como elas realmente são. Assim, a literatura de gestão não pode ser orientada apenas para a busca do lucro, devendo igualmente justificar a forma pela qual este é obtido. Deve, então, mostrar o modo pelo qual a obtenção de lucro pode ser desejável e digna de mérito, não limitando-se aos motivos e estímulos econômicos, visando ao bem comum.

Argumentam que a orientação dos textos de gestão não é constatativa, mas prescritiva, praticando o *exemplum*, selecionando os casos segundo sua virtude demonstrativa – o que é preciso fazer *versus* o que não se deve fazer – e só mantendo os aspectos da realidade apropriados à orientação à qual desejam dar impulso.

Como acadêmicos, autores da literatura de gestão, e, especificamente de Gestão Social, a pesquisa de Boltanski & Chiapello nos alerta para a necessidade de questionarmos se não estamos fazendo justamente essa reprodução do espírito do capitalismo, sem nos dar conta; conscientizarmo-nos é um primeiro passo para que possamos (ou não, será uma opção) escrever criticamente, além do discurso dominante. Particularmente na área de RSE, verifica-se uma propagação de textos, livros e artigos sobre o assunto que, na maior parte das vezes, passam somente pela dimensão instrumental do movimento, repetindo e reafirmando a lógica da “*cité* por projetos”, sem se aperceber de sua função de construção e legitimação do “novo espírito do capitalismo”.

Conclusão

A resposta à indagação que deu origem a este ensaio – como se justifica o movimento pela RSE – pôde ser esboçada com base na obra de Boltanski e Chiapello (1999), buscando entender a RSE como uma crítica e deslocamento do capitalismo. Necessário se fez entender o conceito de espírito do capitalismo como uma justificativa ideológica que possibilita as mobilizações necessárias para o desenvolvimento capitalista e, a partir daí, interpretar a RSE. Em Weber encontramos o nascedouro do conceito, e verificamos como a dimensão moral por ele já era considerada importante na solidificação do Espírito do Capitalismo.

Vimos que muitas dimensões da RSE, tal qual a dimensão pública/política, são deixadas de lado nas análises existentes, sendo o movimento inquestionavelmente aceito como positivo para o bem comum, pela maioria das pessoas. Assim, hoje, uma empresa que não se insere no movimento pela responsabilidade social passa a ser criticada e punida por seus consumidores, tamanha a institucionalização e aceitação da idéia.

Vimos também que a teoria institucional pode fornecer respostas ao entendimento da RSE, explicando a institucionalização das práticas na ação organizacional. O isomorfismo é uma das respostas para a propagação do conceito e disseminação da prática de RSE. Atentamos para o fato de que as organizações podem muitas vezes se lançar nesse discurso sem questionar o que realmente significa, sem rever valores ou crenças, com o objetivo exclusivo de se legitimar perante a sociedade.

Porém, o modelo de Boltanski e Chiapello pôde melhor demonstrar como este processo ocorre, considerando não a ação de um ator específico, mas de macro-atores que agem com vistas a perpetuar o capitalismo. Assim, o movimento pela RSE não seria fruto simplesmente de uma mudança desejada pela sociedade, da crítica, mas também um deslocamento do capitalismo visando combater a crítica. Ou seja, os deslocamentos do capitalismo e as transformações nos dispositivos que os acompanham contribuem para desmantelar a crítica, que se torna inoperante, dando-lhe uma nova possibilidade de acumulação e lucros.

Desta forma, o capitalismo sobrevive, transformando-se todas as vezes que tiver que atentar para a crítica que lhe é feita, conformando um novo espírito legitimador e justificador de suas práticas, que garanta o engajamento das pessoas. Assim, na visão dos autores, a construção de

um novo espírito do capitalismo é necessária não apenas do ponto de vista humanista, mas também para perpetuação do próprio capitalismo. E são exatamente os movimentos críticos que informam o capitalismo dos riscos que o ameaçam.

Assim parece acontecer no movimento da responsabilidade social: são inúmeros atores sociais alertando que é preciso mudar! E não tendo sido mais possível fugir desta crítica, foi preciso agir. Mas o que ocorre é que a crítica também busca tornar-se isomórfica quanto aos objetos aos quais se aplica. Compreendendo que mudaram as ordens de grandeza, busca identificar novas provas, reconstituindo os esquemas de interpretação que possibilitam dar sentido às mudanças juntamente com os representantes das empresas, consultores, entre outros, re-categorizando as provas. Diante disso, as empresas passam a agir, de acordo com as novas provas instituídas, legitimando o movimento pela RSE.

É para estes pontos que julgamos que os estudiosos da Gestão Social, e outros atores que compõem a crítica, tal qual os gerentes e consultores, devem atentar, para simplesmente não reproduzir o discurso capitalista com uma nova roupagem e para poderem, posteriormente, monitorar a ação organizacional no âmbito da RSE.

Bibliografia

ASHLEY, Patrícia (coord.). Ética e responsabilidade social nos negócios. São Paulo: Saraiva, 2002.

BOLTANSKI, L. & THEVENOT, L. De la justification – les économies de la grandeur. Paris: Gallimard, 1991.

BOLTANSKI, Luc & CHIAPELLO, Ève. Le Nouvel Esprit du Capitalisme. Paris: Gallimard, 1999.

CARVALHO, Cristina Amélia, VIEIRA, Marcelo Milano Falcao, LOPES, Fernando Dias. Contribuições da perspectiva institucional para a análise das organizações. Anais do 23º ENANPAD, Foz do Iguaçu, PR, 1999 (CD ROOM).

CASTELLS, Manuel. A sociedade em rede. 5ª ed. São Paulo: Paz e Terra, 2000.

CASTELLS, Manuel. *Materials for an explanatory theory of the network society*. The British Journal of Sociology. Vol.51, no.1, jan/mar 2000.

CHEIBUB, Zairo & LOCKE, Richard. Valores ou interesses? Reflexões sobre a responsabilidade social das empresas. In Kirschner, Gomes & Cappellin (orgs.). Empresa, empresários e globalização. Rio de Janeiro: Relume Dumará: FAPERJ, 2002.

DiMAGGIO, Paul J., POWELL, Walter W. The iron cage revisited: institutional isomorphism and collective rationality. American Sociological Review, no.48, 1983.

MEYER, J. W., ROWAN, B. Institutionalized organizations: formal structures as myth and ceremony. American Journal of Sociology, no.83, 1977.

MISOCZKY, Maria Ceci. Campo de poder e ação em Bourdieu: implicações de seu uso em estudos organizacionais. Anais do 25º ENANPAD, Campinas, SP, 2001 (CD ROOM).

MITCHELL, Ronal & AGLE, Bradley. *Toward a theory of stakeholder identification and salience: defining the principle of who and what really counts*. Academy of Management Review, vol.22 no. 4. October, 1997.

VENTURA, Elvira Cruvinel Ferreira. Responsabilidade social das organizações : estudo de caso no Banco Central do Brasil. Dissertação de mestrado. Rio de Janeiro : FGV/EBAPE, 1999.

VIEIRA, Marcelo & MISOCZKY, Ceci. Instituições e poder: explorando a possibilidade de transferências conceituais. Anais do I Encontro Nacional de Estudos Organizacionais (I ENEO), Curitiba, PR, 2000 (CD ROOM).

VIEIRA, Marcelo, CARVALHO, Cristina e LOPES, Fernando. The structuring of the organizational field of theaters and museums in the south of Brazil. Anais do 17º European Group for Organization Studies Colloquium (17th EGOS), Lyon, France, 2001 (CD ROOM).

WEBER, Max. A ética protestante e o espírito do capitalismo. 2.ed. rev. São Paulo : Pioneira Thomson Learning, 2001.

WEBER, Max. Ciência e política : duas vocações. 3ª ed. São Paulo : Editora Cultrix, 1968.

WEBER, Max. Ensaio de sociologia. 4ª ed. Rio de Janeiro : Zahar Editores, 1979.

WEBER, Max. Historia económica general. México : Fondo de Cultura Económica, 1942.

ⁱ Constituem dois *corpus*, contendo cada um sessenta textos, produzidos, o primeiro nos anos sessenta (1959-1969) e o segundo nos anos 90 (1989-1994), tendo como denominador, no todo ou em parte, a questão dos executivos, mesmo que possam receber designações diversas (manager, diretor, chefe, dirigente...). Esses dois *corpus* permitem extrair uma representação típica daquilo que foi recomendado às empresas, no decorrer dos dois períodos considerados.

ⁱⁱ Um dos elementos marcantes da literatura de gestão é a preocupação permanente de mobilização e de motivação do pessoal, sobretudo dos executivos. Nos anos 60, é a motivação dos executivos que preocupa os autores constantes do *corpus* selecionado, enquanto que nos anos 90 a questão de saber como engajar os executivos é tratada apenas como um caso particular de problemas causados pela mobilização geral de todos os empregados. Nas duas épocas, reconheceu-se que o lucro não constitui um objetivo muito mobilizador. Em princípio os executivos dos anos 60 e, depois, o conjunto de todo o pessoal, nos anos 90, queriam ter “razões verdadeiras” para engajar-se. Proporcionar um sentido ao assalariado, um espírito ao capitalismo, constitui pois, uma preocupação importante para os autores da literatura de “*management*”.